

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

FONTE : A Tribuna

CLASS. : 42

DATA : 16.09.84

PG. : _____

Funai mantém parados 68 pedidos para mineração

BRASÍLIA - Com a decisão do presidente da Funai, Jurandy Marcos da Fonseca, esta semana, de não assinar a portaria que regulamentaria o Decreto 88.985/83 permitindo o ingresso das empresas mineradoras particulares nas áreas indígenas, continuam suspensos 68 processos que estão em tramitação no Departamento de Patrimônio Indígena da Funai. Pelo órgão nos últimos anos, já passaram mais de 200 processos, que sempre foram indeferidos por não encontrarem res-

paldo na legislação. Dos processos que estão na Funai, 52 estão dirigidos para o Estado do Pará, onde a própria Funai levantou a presença de muito ouro em algumas áreas habitadas pelos índios Kaiapós, 14 processos atingem áreas do Maranhão e dois no Amapá.

Embora do Amapá sejam poucos os pedidos formalizados pelas empresas interessadas na exploração do ouro, da cassiterita e do estanho existentes na área dos índios Ianomânis, a expectativa é grande, in-

clusive da própria Code-salma - Companhia do Desenvolvimento de Roraima, que já tem projetos para pesquisas de riquezas minerais nessa área. Uma questão que vinha sendo conduzida a nível de gabinetes agora despertou forte polémica que deverá tornar-se ainda mais acirrada, com o projeto encaminhado na sexta-feira, pelo presidente da Funai ao grupo interministerial que aprova a criação de novas áreas indígenas. O projeto pede a criação do parque indígena Ianomani com aproximadamente 9 milhões 419 mil 108 hectares, uma área quatro vezes maior do que o Parque Nacional do Xingu, onde vivem 9 mil 250 índios Ianomânis e Yokuanas.

INVASÃO É

MAIOR AMEAÇA

O documento encaminhado pela Funai ao chamado grupo justifica a criação do parque frisando que a maior ameaça que recai sobre os Ianomânis é a invasão contínua de garimpeiros em vários pontos de seu território. A criação do Parque Ianomani e a sua imediata demarcação segundo acreditam os responsáveis pela comissão de apoio ao Parque Indígena Ianomani, ajudaria a evitar novas penetrações, pois a maior parte do território indígena continua livre da operação permanente por parte de não-índios. Com a ameaça de aplicação do decreto, a comissão apressou a entrega de um documento ao presidente da Funai pedindo que o assunto fosse logo encaminhado ao grupo interministerial.